



APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.019,48	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	289.721.285,50	0,040321%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	529.744.482,83	0,073726%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	503.257.258,69	0,070040%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	476.770.034,55	0,066353%

Fonte: Tesouro Gerencial e Portaria 82/2005, UG: 040001, 22/05/2017, às 15h 30m.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

EDUARDO SILVA TOLEDO
Diretor-Geral

MÁRCIA DE CARVALHO
Secretária de Controle Interno

ARMANDO AKIO SANTOS DOI
Secretário de Orçamento e Finanças

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 33, DE 26 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2017, constante do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R\$1.00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA S EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5 9 . 211 . 055 , 18	1.267.593,24	
Pessoal Ativo	59.211.055,18	1.267.593,24	
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DE SPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.059.594,78	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.059.594,78	-	
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	58.151.460,40	1.267.593,24	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I V)	7 18 . 531 . 431 .000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	59.419 . 053,64	0,008270%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	122.150.343,27	0,017000%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	116.042.826,11	0,016150%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	109.935.308,94	0,015300%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial e Resolução CNJ 177/2013, Unidade Responsável Seção de Contabilidade - Secretaria de Orçamento e Finanças, Data da emissão 22/5/2015 e hora de emissão 13h00.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - O limite máximo da despesa com pessoal é estabelecido pelo art. 20, inciso I, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 para o Poder Judiciário Federal. A Resolução CNJ nº 177/2013 distribui o valor máximo de 6% entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário Federal. Ao CNJ coube o limite máximo de 0,017%, o limite prudencial de 0,016150% e o limite de alerta de 0,015300%.

AMARILDO VIEIRA DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

WERNNE PEREIRA E SILVA
Secretário de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 352, DE 26 DE MAIO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, em exercício, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2017 - Maio de 2016 a Abril de 2017, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. YÊDO SIMÕES DE OLIVEIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2016 A ABRIL 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R\$ 1.00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	109.003.237,29	97.155,00	
Pessoal Ativo	98.910.960,15	97.155,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.092.277,14	-	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	15.580.525,92	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.901.316,78	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.679.209,14	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	93.422.711,37	97.155,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	93.519.866,37	0,0 13015	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	119.743.262,98	0,016 665	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	113.756.099,83	0,015832	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	107.768.936,68	0,014999	
FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SECONT/COF, Data da emissão 23/05/2017 e hora de emissão 13h e 30min.			
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.			
Notas:			
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.			
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no DOU de 19/5/2017.			

YÊDO SIMÕES DE OLIVEIRA

Presidente do Tribunal

MESSIAS AUGUSTO LIMA BELCHIOR DE ANDRADE

Diretor-Geral

BÁRBARA LIMA TAVARES DE ALMEIDA

Secretária de Administração, Orçamento e Finanças

HERNAN BATALHA GONÇALES

Coordenador de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PORTARIA Nº 265, DE 24 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e considerando o constante no Processo Administrativo Digital nº 6261/2017, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: maio de 2016 a abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS			
(Últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	264.597.095,06	132.520,08	
Pessoal Ativo	217.067.898,73	37.299,08	
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.529.196,33	95.221,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	45.602.693,91	78.202,08	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.026.355,34	28.558,08	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	43.576.338,57	49.644,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	218.994.401,15	54.318,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	-	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	219.048.719,15	0,0	30486
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	393.783.965,45	0,054804	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	374.094.767,17	0,052064	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	354.405.568,90	0,049324	
Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE. Emitido em 22/mar/2017 às 12h e 05min.			
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.			
Notas:			
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.			
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017			

DES. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO DE CAMPOS VIEIRA
Diretor Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

CATIUSCIA DANTAS ABREU OLIVEIRA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 72, DE 26 DE MAIO DE 2017

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o que consta do PA nº 0003945-82.2016.6.07.8100, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017, anexo a esta Portaria.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2016 A ABRIL 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS EXECUTADAS			
(Últimos 12 meses)			
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	76.161.361,79	577.199,68	
Pessoal Ativo	58.114.702,49	547.868,93	
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.046.659,30	29.330,75	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	20.312.024,99	148.781,11	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	4.066.945,94	148.781,11	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.245.079,05	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	55.849.336,80	428.418,57	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	56.277.755,37	0,007832
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	169.307.561,09	0,023563
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	160.842.183,03	0,022385
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	152.376.804,98	0,021207
FONTE: Sistema SIAFI, CORF/SAO/TRE-DF. Emitido em 23/mar/2017 às 18h10.		
¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Notas:		
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.		
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.		

KLISSIA FREIRE DA SILVA
Gestora Financeira

CRISTIANO FERREIRA CASTRO
Coordenador de Controle Interno
Substituto

LIDIA MARIA BORGES DE MOURA
Diretora-Geral

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

PORTARIA Nº 174, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 17, inciso XXXIX, do Regimento Interno do TRE/GO, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional Eleitoral, em conformidade a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), artigos 54, inciso III, e 55, inciso I, alínea "a" e § 2º, referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2016 A ABRIL 2017
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	149.338.958,50	164.113,02
Pessoal Ativo	130.051.824,93	164.113,02
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.287.133,57	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.576.126,73	31.448,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	19.050,90	31.448,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.557.075,83	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	131.762.831,77	132.664,23
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	131.895.496,00	0,018356
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	167.834.571,65	0,023358
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	159.442.843,07	0,022190
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	151.051.114,49	0,021022

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COFI/TRE-GO, 25/05/2017.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.

MARIA SIRENE CARNEIRO MATOS
Coordenadora de Orçamento e Finanças em Substituição

LEONARDO ALEX DE SIQUEIRA
Coordenador de Controle Interno

RODRIGO LEANDRO DA SILVA
Diretor-Geral

Des. KISLEU DIAS MACIEL FILHO
Presidente do Tribunal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 243, DE 25 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI do art. 19, do Regimento Interno deste Tribunal, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de maio de 2016 a abril de 2017, na forma do anexo à presente Portaria.

Des. PEDRO SAKAMOTO
Em substituição

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO		
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
MAIO 2016 A ABRIL 2017		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1.00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processados ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	90 . 622 . 356,28	266 . 383,75
Pessoal Ativo	77.700.827,90	266.383,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.921.528,38	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12 . 068 . 170,08	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	109.515,07	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.958.655,01	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	78 . 554 . 186 , 20	266 . 383 , 75

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (I V)	718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (I II a + III b)	78.820.569,95	0,010970
LIMITE MÁXIMO (VI) (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	1 32 . 224 . 153 , 93	0,018402
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12 5 . 612 . 946 , 24	0,017482
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	11 9 . 00 1 . 738 , 54	0,016562

FONTE: SIAFI, SOF/TSE E COF/SAO/TRE-MT. Emitido em 25/maio/2017 às 08h e 45m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U. de 19 de maio de 2017.

Des. PEDRO SAKAMOTO
Presidente do Tribunal
Em substituição

NILSON FERNANDO GOMES BEZERRA
Diretor-Geral

RAFAEL ZORNITTA
Secretário de Administração e Orçamento

DANIEL RIBEIRO TAURINES
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 91, DE 25 DE MAIO DE 2017

Altera o Anexo I da Portaria nº 208, de 25 de outubro de 2016, da Presidência, para consubstanciar a transformação de cargos de Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Resolução TSE nº 22.581, de 30 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I da Portaria nº 208, de 28 de outubro de 2016, da Presidência, publicada no DOU nº 208 - Seção 01, fl. 503, e no DJE nº 202, fls.6/7, de 28 de outubro de 2016, para consubstanciar as transformações de 4 (quatro) cargos de Analista Judiciário, Área Administrativa, em 3 (três) cargos de Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Análise de Sistemas, e em 1 (um) cargo de Analista Judiciário, Apoio Especializado, Especialidade Estatística, conforme o Anexo constante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DOMINGOS COELHO

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Portaria n.º 091, de 25 de maio de 2017)

"ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Portaria nº 208, de 25 de outubro de 2016)
Reestruturação das Carreiras Judiciárias

Cargos de Nível Superior				
Situação Atual	Classe e Padrão Iniciais	Classe e Padrão Finais	Quantidade	Área de Atividade
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	501	Judiciária
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	133	
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	19	Administrativa
Especialidade Contabilidade				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	07	
Especialidade Taquigrafia				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	02	
Especialidade Biblioteconomia				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	06	
Especialidade Medicina				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	04	
Especialidade Odontologia				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	21	Apoio Especializado
Especialidade Análise de Sistemas				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	02	
Especialidade Psicologia				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	01	
Especialidade Assistência Social				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	02	
Especialidade Engenharia				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	01	
Especialidade Arquitetura				
Analista Judiciário (TRE-NS)	A,1	C,13	02	
Especialidade Estatística				
Total de Cargos da Carreira:			701	

Reestruturação das Carreiras Judiciárias

Cargos de Nível Intermediário				
Situação Atual	Classe e Padrão Iniciais	Classe e Padrão Finais	Quantidade	Área De Atividade
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	958	
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	16	Administrativa
Especialidade Contabilidade				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	01	
Especialidade Mecânica				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	03	
Especialidade Eletricidade e Telecomunicações				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	07	
Especialidade Artes Gráficas				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	13	
Especialidade Segurança				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	04	
Especialidade Telefonia				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	15	Apoio Especializado
Especialidade Operação de Computadores				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	16	
Especialidade Assistência à Microinformática				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	25	
Especialidade Programação de Sistemas				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	02	
Especialidade Enfermagem				
Técnico Judiciário (TRE-NI)	A,1	C,13	05	
Especialidade Edificações				
Total de Cargos da Carreira:			1065	
Total de Cargos:			1766	

PORTARIA Nº 92, DE 25 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 1º quadrimestre de 2017, constante do Anexo desta Portaria.

Des. DOMINGOS COELHO

ANEXO I

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	R\$ 1.00	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	485.522.364,31	332.187,25
Pessoal Ativo	401.143.015,85	332.187,25
Pessoal Inativo e Pensionistas	84.379.348,46	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	77.592.833,43	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	381.548,52	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	77.211.284,91	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	407.929.530,88	332.187,25
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		408.261.718,13

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) ¹		718.531.431.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,056819
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,075975%		545.904.254,70
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,072176%		518.609.041,97
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,068378%		491.313.829,23

FONTE: SIAFI - Mês de abril/2017 (fechado), COFIN/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TRE-MG. Emitido em 15/05/2017 às 16h e 46min.

I Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, de 18/05/2017.

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças

NARA DE SOUZA LOPES
Secretária de Controle Interno e Auditoria

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. DOMINGOS COELHO
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 541, DE 25 DE MAIO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III, do art. 54 e parágrafos 2º e 4º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 529/2017 de 22 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União n.º 99, página 295, do dia 25/05/2017, por ter sido publicada com incorreção no item Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração, na coluna LIQUIDADAS (a), devendo constar o valor 277.134,32.

Art. 2º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017 desta Corte, em anexo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a") R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	211.799.200,70	5.476.692,77
Pessoal Ativo	173.872.115,36	5.476.692,77
Pessoal Inativo e Pensionistas	37.927.085,34	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1.º do art.18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1.º do art. 19 da LRF) (II)	33.331.878,36	578.173,97
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	277.134,32	578.173,97
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	33.054.744,04	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	178.467.322,34	4.898.518,80

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	183.365.841,14	0,025520
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	314.508.392,66	0,043771

LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	298.782.973,03	0,041582
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1.º do art. 59 da LRF)	283.057.553,40	0,039394

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-PE. Emitido em 22/maio/2017 às 13h e 30m.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
- Valor da RCL referente à portaria STN nº416, publicada no D.O.U de 19/05/2017.

MAURÍCIO ALEXANDRE DA SILVA FILHO
Secretário de Orçamento e Finanças

MÔNICA PESSOA SOARES SPREAFICO MONTEIRO
Secretária de Controle Interno

Des. ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 150, DE 26 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de maio de 2016 a abril de 2017, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS ¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	113.360.833,80	113.069,13
Pessoal Ativo	93.079.154,43	113.069,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	20.281.679,37	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.374.776,58	16.445,90
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	93.097,21	16.445,90
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.281.679,37	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	92.986.057,22	96.623,23

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	718.531.431.000,00	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	93.082.680,45	0,012955
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	176.033.015,28	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	167.231.364,52	0,023274
LIMITE DE ALERTA (Inciso II § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	158.429.713,75	0,022049

FONTE: SIAFI /COF/S A O, 2 2 /0 5 /201 7 , às 11 :00 h

Notas :

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anteriores continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Notas : 1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no DOU de 19 de maio de 2017.

Des. DILERMANDO MOTA PEREIRA
Presidente do Tribunal

MARCOS LAEL DE OLIVEIRA ALEXANDRE
Diretor-Geral e Secretário de Administração e Orçamento
Em substituição

HÂNIA PEREIRA REGO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 11, DE 25 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017, resolve:

- Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.
- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desª. JACQUELINE LIMA MONTENEGRO



ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	(Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	431.442.303,45	624.148,43	
Pessoal Ativo	291.514.698,60	624.148,43	
Pessoal Inativo e Pensionistas	139.927.604,85		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	134.136.026,69		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	5.679.534,70		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	128.456.491,99		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	297.306.276,76	624.148,43	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	297.930.425,19		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	718.531.431.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,041464%		
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,104158	748.407.967,90	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,098950	710.987.569,51	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,093742	673.567.171,11	

FONTE: SIAFI emitido pela SOF/COFIN e COFIC/TSE em 19/05/17.

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;
 - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;
2. No item II do RGF não foram consideradas despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 17.083,29, já que se referem ao período em apuração, conforme consta nos processos 90.668/16, 134943/16, 320805/16, 366754/16, 368032/16, 1081/17, 4115/17 e 4117/17;
3. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;
4. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.

FERNANDO JOSÉ DA FONSECA
Secretário de Orçamento e Finanças

ELIZABETH SILVA VIANA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

ADRIANA FREITAS BRANDAO CORREIA
Diretora-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 49, DE 25 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições e em cumprimento ao disposto nos artigos 54, inciso III, § único, e 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, torna público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º quadrimestre de 2017, na forma do Anexo.

Des. MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2016 A ABRIL 2017

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	(Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	596.769.942,92	6.492.335,63	
Pessoal Ativo	464.094.401,90	6.413.377,81	
Pessoal Inativo e Pensionistas	132.675.541,02	78.957,82	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	124.507.285,12	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.502.348,40	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	123.004.936,72	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	472.262.657,80	6.492.335,63	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	478.754.993,43	0,066630	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017052900127

LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	785.060.256,20	0,109259
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	745.807.243,39	0,103796
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	706.554.230,58	0,098333

FONTES: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e ScCONT/CCF/SOF/TRE-SP. Emitido em 19/05/2017 às 14h00min

1º Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos

Notas:

- Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013
- Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no DOU de 19 de maio de 2017

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ
Presidente do Tribunal

CLAUCIO CRISTIANO ABREU CORRÊA
Secretário de Orçamento e Finanças

RHODES MORAIS
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO Nº 16, DE 22 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000, resolve publicar o quadro "Demonstrativo da Despesa com Pessoal", referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2016 a abril de 2017.

Des. WILSON FERNANDES

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.988.231.555,80	9.953.164,15	1.998.184.719,95	
Pessoal Ativo	1.452.750.427,73	6.981.922,31	1.459.732.350,04	
Pessoal Inativo e Pensionistas	535.481.128,07	2.971.241,84	538.452.369,91	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	474.328.210,74	5.697.483,85	480.025.694,59	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	45.501,69	0,00	45.501,69	
Despesas de Exercícios Anteriores	8.660.411,14	5.683.871,91	14.344.283,05	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	465.622.297,91	13.611,94	465.635.909,85	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.513.903.345,06	4.255.680,30	1.518.159.025,36	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00			
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,210694%	0,000592%	0,211286%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,366147%		2.630.881.278,66	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,347840%		2.499.337.214,73	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,329532%		2.367.793.150,80	

FONTE: TESOURO GERENCIAL - CCONT/SCOF/TRT 2ª REGIÃO - 16/MAI/2017 - 14h00m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- 2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, nas despesas com Pessoal não estão computadas as despesas executadas por meio de descentralizações a seguir indicadas:
- Sentenças de Pequeno Valor, classificadas nos itens de despesa 3190.91.32 e 3190.91.33, no montante de R\$ 7.950.615,19;
 - Precatórios da Administração Direta e Indireta, classificadas nos itens de despesa 3190.91.25 e 3190.91.97, no total de R\$ 54.154.613,19.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único, da LRF):

Des. WILSON FERNANDES
Presidente do Tribunal

RITA KOTOMI YURI
Diretora Geral da Administração

NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

EDUARDO ANTONIO ENGHOLM CARDOSO
Diretor da Secretaria de Controle Interno

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.